



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FE

JÉSSICA NAYARA DOS SANTOS MENDONÇA

**O PROEJA NA SEDF: UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PARA OS
TRABALHADORES A PARTIR DO CURRÍCULO EM MOVIMENTO**

Brasília
2015

Mendonça, Jéssica Nayara.

**O PROEJA NA SEDF: UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO
PARA OS TRABALHADORES A PARTIR DO
CURRÍCULO EM MOVIMENTO/ Jéssica Nayara dos Santos**

Mendonça: Brasília: UnB. 2015.

Trabalho conclusão de curso (Graduação em Pedagogia) –
Universidade de Brasília, 2015.

Orientadora: Catarina de Almeida Santos

JÉSSICA NAYARA DOS SANTOS MENDONÇA

**O PROEJA NA SEDF: UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PARA OS
TRABALHADORES A PARTIR DO CURRÍCULO EM MOVIMENTO**

Trabalho de conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do título de Licenciado em
Pedagogia à Comissão Examinadora da
Faculdade de Educação da Universidade
de Brasília, sob a orientação da
Professora Dra. Catarina de Almeida
Santos

Comissão Examinadora

Profa. Dra. Catarina de Almeida Santos - Presidente

Profa. Dra. Danielle Xabregas Pamplona Nogueira - Membro titular

Profa. Dra Dorisdei Valente Rodrigues – Membro Titular

BRASÍLIA – DF

2013

À Deus, minha fortaleza!

*À minha família, pais e irmãos, pelo
amor incondicional, e a amizade sincera
que me alegra a vida!*

AGRADECIMENTOS

À Deus, minha fortaleza e que me abençoe tanto mesmo que eu não mereça

À minha família pelo apoio incondicional durante a minha trajetória escolar, ao meu Pai Alexandre Mendonça por ser um pai presente e ter me auxiliado até onde sua escolarização permitiu. À minha mãe Rosa Maria que é o meu exemplo de mulher forte e trabalhadora. À minha irmã Thaynara por ser meu braço direito e esquerdo nas desafios do cotidiano. Ao meu amado irmão Leonardo por sempre me ajudar no possível e impossível.

À Faculdade de educação, lugar em que eu “morei” desde 2011 e que sentirei muita falta. Agradeço aos profissionais da Faculdade de Educação, os profissionais dos setores administrativos, aos servidores, agradeço ao Sr. Hidelbrando, e ao Sr. Joel por me ajudarem sempre e me receberem sempre sorrindo. Agradeço ao corpo docente desta faculdade, em especial Prof^o Renato Hilário, Prof^a Luiz Araújo, Prof^a Simone Aparecida Lisniewski, Prof^a Maria Alexandra Militão, Prof^a Renisia Garcia e Prof^a Danielle Nogueira. Agradeço a todos estes pelas aulas tão cheias de aprendizado, alegria e de fundamental importância à minha formação como Pedagoga e principalmente como ser.

Ao Projeto Transarte na Educação de Jovens e Adultos da Faculdade de Educação que me possibilitou a descoberta da educação de jovens e adultos e vivenciar a escola pública e os diversos desafios e alegrias a que somos lançados todos os dias nesse espaço. Agradeço especialmente ao professor Lúcio França Teles, a Dorisdei Valente Rodrigues, Simone Alves Côrtes pelo exemplo de professoras excelentes e apoio, e também a Professora Maria Luiza Pinho por todos os momentos de sabedoria.

Agradeço à toda a comunidade da Igreja Batista Jesus é a Vida, família que me acolheu há 9 anos, agradeço pelo aprendizado e por possibilitar o primeiro contato com crianças da escola pública através do projeto Ajudar que tanto me desafiou e me alegrou. Agradeço principalmente a Régina Alves e Inerves José que sempre me incentivaram e ajudaram como se eu fosse sua filha.

Agradeço ao colegas que dividiram riso, choro, descobertas cansaço e alegrias, Agradeço à Luana Araujo, Guilherme Silva, Jean Barbosa, Manoel Machado Vanessa Hellen, Kassia Jubé, Jéssica Pereira e especialmente à Alex Clebersom, Maria Luiza Matias e Jonatas Teixeira.

À Prof^a. Dr^a Catarina de Almeida Santos, minha orientadora, por todo o apoio e compreensão desde o estágio que tanto me desafiou. Por acreditar tanto em mim, as vezes muito mais que eu mesma.

Gratidão!

“Tudo tem o seu tempo determinado, e há tempo para todo o propósito debaixo do céu”. (Eclesiastes 3:1)

RESUMO

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos- Proeja é uma proposta voltada para a formação da classe trabalhadora, tendo como princípio a formação humana integral e na sua centralidade o trabalho como princípio educativo. A Presente pesquisa buscou compreender como ocorreu a implementação do Proeja na Secretaria de educação do Distrito Federal-SEDF, um ente federado sem tradição em educação profissional, onde os embates políticos fizeram com que essa proposta ficasse parada por mais de seis anos. O Proeja só surge oficialmente no âmbito da SEDF, a partir do Currículo em Movimento. O objetivo central desse trabalho é compreender essa implementação, a partir dos âmbitos específicos da ação curricular: político, administrativo e pedagógico. Os resultados iniciais dessa investigação apontam como desafio inicial dessa proposta, a decisão pedagógica dos professores da rede, que é o que vai efetivamente fazer o currículo integrado proposto pelo Proeja possível.

Palavras chaves: Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional, Currículo integrado,

.

.

|

ABSTRACT

The National Program of Integration between Vocational Education and Basic Education for Youngs and Adults- Proeja is a proposal focused on the formation of working class, having as principle the integral human formation and in its centrality the work as an educational principle. This research intended to realize how the implementation of Proeja occurred at Secretaria de Educação do Distrito Federal, a federated entity without experience on vocational education, where the politic debates contributed to stagnate the proposal for more than six years. Proeja only officially emerges with the Curriculum in Motion. The central goal of the research is to realize this implementation in specific areas of curricular action: political, administrative and pedagogical. The initial results demonstrate the teacher's pedagogical decision as an initial challenge, which will effectively make the integrated curriculum proposed by Proeja possible.

Keywords: Youngs and Adults Education, Vocational Education, Integrated curriculum

LISTA DE ABREVIATURAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior.

CED – Centro Educacional.

CEFTS – Centros Federais de Educação Tecnológica.

CEJAD – Coordenação de Educação de Jovens e Adultos.

CEM – Centro de Ensino Médio.

CEP – Centro de Educação Profissional.

CEPROF - Coordenação de Educação Profissional.

COEMED – Coordenação do Ensino Médio.

EJA – Educação de Jovens e Adultos.

EP – Educação Profissional.

ETC – Escola Técnica de Ceilândia.

IFB – Instituto Federal de Brasília.

MEC – Ministério da Educação.

NEC – Núcleo de Formação no Campo.

PPP – Projeto político-pedagógico.

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

PUC – Pontifícia Universidade Católica.

SE – Secretaria de Educação.

SEDF – Secretaria de Educação do Distrito Federal.

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

UnB – Universidade de Brasília.

MEMORIAL EDUCATIVO

Meu nome é Jéssica Nayara, eu tenho 23 anos e nasci em Bras..., opa! Nasci na cidade de Taguatinga, mas sempre morei na Ceilândia, cidade pela qual sou apaixonada. Eu moro com minha mãe e meus irmãos, que são meus melhores amigos, eu não moro com o meu pai, mas ele sempre foi um pai muito presente!

Eu sempre estudei em escolas públicas, todas próximas da minha casa. Bom, eu sempre gostei muito de ir à escola, minha mãe diz que eu chorava muito quando não tinha aula, disso eu não me lembro, mas me lembro de muitas coisas, me recordo das professoras, dos colegas, da primeira palavra que não consegui ler, e também do beija flor que entrava todos os dias em nossa sala na pré-escola. Adorava aquela escola.

Meu pai sempre foi muito presente, principalmente nos primeiros anos da minha escolarização, ele me ensinou letra cursiva, história, me acompanhou até onde o seu conhecimento permitiu. Lembro que ele sentava todos os dias junto a mim e aos meus colegas, e brincava com a gente antes da professora chegar.

Quero ser professora! Disse isso a primeira vez na quarta série, nesse dia fizemos o desenho da profissão que desejamos ter, essa frase se repetiu muitas vezes. Eu sempre gostei muito da escola, gostava de saber o que todos estavam estudando, e de ajudar no trabalho alheio também! Certa vez uma tia me disse que eu só sabia conversar sobre escola e que isso era muito chato, e era mesmo, meus irmãos que o diga!

Avançando um pouco mais no ensino médio ainda queria ser professora, mas tudo o que eu ouvia é que professores ganhavam pouco, tinham muito trabalho, e terminava a carreira loucos. Então eu desisti de ser professora, não de verdade, mas procurei outras opções para me encaixar. Eu poderia ser perita, secretária executiva.... Eram as opções, mas eu sabia que nenhuma delas me faria feliz!

Nesse período eu comecei a auxiliar o trabalho com crianças na Igreja Batista Jesus é a Vida, igreja que frequento até hoje. A líder do ministério infantil era uma normalista fantástica! Era muito comprometida, procurava sempre estar atualizada e adorava esse trabalho e eu também.

Mesmo pensando em profissões, nunca pensei na faculdade, fui a primeira da minha família a fazer ensino superior, então para mim era algo muito distante. O

plano era trabalhar e pagar faculdade. Eu não sabia o que era a Universidade de Brasília, na verdade acho que até o segundo ano nunca tinha ouvido falar. Tudo mudou quando eu conheci uma amiga que sonhava em estudar lá, fazia muitos planos. Não sei ao certo a data, mas um tempo depois uma parte da minha escola foi transformada no Campus temporário da Universidade de Brasília na Ceilândia, a UnB passou a ser real, para mim e outros colegas, participei de aulas de reforço ministradas pelos graduandos aos alunos da escola.

No ano que eu cursei o terceiro a minha igreja abriu o Projeto ajudar, era um projeto comunitário, ofertava cursos de artesanato e aulas de reforço para as crianças gratuitamente, eram alunos da rede pública com dificuldade escolar. Eu achei muito bacana, vira e meche me encontrava fazendo uma visita nos dias das aulas, e ajudando um pouco. Pronto! Me envolvendo com educação o tempo inteiro, decidi. Agora era certo! Eu seria professora.

Fiz o vestibular da UnB para Pedagogia, no Prouni Pedagogia também foi minha, no PAS comunicação organizacional. Oh céus, como agradeço por não ter passado no PAS, que eu julgava ter mais chances! Por fim. Passei nas duas universidades para Pedagogia, mal deu tempo de assistir a primeira aula na Universidade Católica e saiu o resultado da UnB.

Eu estava satisfeita com a minha escolha, li as ementas da maior parte das matérias antes mesmo das aulas começarem! Uma série de problemas me fizeram trancar o curso, um deles a natureza das disciplinas que eu não compreendia; antropologia, filosofia e etc. na época não entendia por que deveria estudá-las, quando vou aprender a dar aulas? Me perguntava sempre. Ouvia mais confrontos religiosos do que qualquer outra coisa. Tranquei!

Mas o Projeto Ajudar prosseguia, eu aprendia muito! Acompanhar aquelas crianças me dava um trabalho enorme, eu saía todas as semanas pela manhã da Ceilândia para a cidade de Santa Maria, onde as aulas aconteciam em outra unidade da minha igreja. Não importava, era o que eu gostava de fazer aquelas crianças com as suas dificuldades escolares. Percebi que ensinar era o que eu mais gostava de fazer e naquele momento optei pela escola pública, sim! Foi uma opção, eu já sabia dos vários campos de atuação que a Pedagogia podia me proporcionar. Eu sabia que se eu quisesse dar aulas teria que voltar para a Faculdade, e foi o que eu fiz.

De volta a UnB eu anseava aprender a ser docente, me perguntava, quando chegaria a hora das metodologias; Educação em Matemática, Processos de alfabetização, Educação em Geografia, eu tinha pressa, queria ser uma professora melhor no Projeto.

No ano de 2013 o projeto acabou e as inquietações começaram, eu valorizo a teoria, mas a práxis para mim era uma necessidade, não estava feliz fazendo o curso sem atuação. Decidi fazer um estágio, pisar na escola, foi quando surgiu a oportunidade de trabalhar no PROEJA- Transarte, atuando em uma escola pública na Ceilândia. Eu nunca havia considerado o trabalho com a EJA, mas adorei a ideia de trabalhar na escola pública, era o que eu mais queria. Com o tempo descobri que trabalhar com Jovens e Adultos é fascinante e desafiador! Os momentos que estou em oficina são momentos riquíssimos, de fato eu posso dizer que eu sou quem mais aprendo nessas aulas!! Enfim, cá estou eu, falando de Políticas Públicas para a EJA.

SUMÁRIO

Apresentação	1
Capítulo 1 - A Formação Integrada No Proeja: Uma Reflexão Necessária.....	2
1.1 A Formação Integrada na Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores e a Educação Profissional.....	5
1.2 Trabalho como princípio educativo.....	7
1.3. As relações entre educação e trabalho na história sociedade.....	8
1.4 O Proeja e a Proposta de Currículo Integrado.....	13
Capítulo 2 - O Programa Nacional De Integração Da Educação Profissional Com A Educação Básica Na Modalidade De Educação De Jovens E Adultos - Proeja No Distrito Federal	15
2.1. Os pressupostos legais e políticos do PROEJA	15
2.2 O Projeto PROEJA-Transiarte no Distrito Federal	19
Capítulo 3 - O Currículo Em Movimento Da SEDF: Uma Proposta De Educação Para Os Trabalhadores A Partir do PROEJA	27
3.1. Breve histórico.....	28
3.2 A Restruturação da educação de jovens e adultos no DF.....	28
3.3 Integração da Educação Profissional a Educação de Jovens e Adultos – Proeja no DF.....	31
3.4. Primeiro EJA Integrado presencial da SEDF.....	34
Considerações Finais	38
Bibliografia	40

APRESENTAÇÃO

A Presente pesquisa buscou compreender como ocorreu a implementação do Proeja na Secretaria de educação do Distrito Federal. A Formulação do problema surgiu das minhas inquietações enquanto membro do grupo de pesquisa PROEJA – Transarte coordenado pela universidade de Brasília, o projeto tem como objetivo principal investigar os processos de implementação da Educação Profissional (EP) integrada à Educação de Jovens e Adultos (EJA) no âmbito da rede pública de ensino no Distrito Federal.

Até o ano de 2015, o grupo atua com a oferta das oficinas Transarte. A Transarte é apresentada como nova linguagem incluída no espaço curricular das escolas de EJA e inter-relaciona: a identidade cultural dos estudantes, o currículo, a arte digital e o trabalho colaborativo.

Muitas mudanças aconteceram no Distrito Federal no percurso dessa investigação, “A todo instante rola um movimento que muda o rumo dos ventos, quem sabe remar não estranha ”(Rumo dos Ventos, Paulinho da Viola)

O Distrito Federal passa por um momento de reestruturação da Educação de Jovens e adultos a partir do ano de 2011. Nesse ínterim é criada a proposta do currículo em movimento que traz dentre outras a propostas a de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos- Proeja. No mesmo período ocorre a discussão do primeiro Proeja presencial do DF, o curso técnico em Controle Ambiental que seria ofertado no Centro Educacional irmã Regina em Brazlândia.

O Projeto Proeja Transarte “é a ação pioneira na tentativa de instituir a política da educação profissional integrada à educação de jovens e adultos no Distrito Federal”. Desde 2007 quando foi instituído, o projeto vivencia as dificuldades e sucessíveis negativas na tentativa de implantação do Proeja no DF. Por que após tantos anos do decreto que institui o Proeja, este não logrou no Distrito Federal? Por que após tantos anos de pesquisa o Proeja Transarte tem a ação limitada a oferta de oficinas ?

Assim, reitero que o objetivo central dessa pesquisa é compreender como ocorreu a implementação do Proeja na Secretaria de educação do Distrito Federal, buscando compreender essa política de integração nos âmbitos específicos da ação curricular; político, administrativo e pedagógico, que Segundo Possani e Felício

(2013), são caminhos que o currículo percorre até chegar ao educando. Objetiva-se ainda nessa investigação avaliar a proposta da secretaria na perspectiva da formação humana integral proposta pelo proeja.

O processo metodológico apoia-se na abordagem qualitativa usando a pesquisa-ação, considerando nosso envolvimento como sujeito-pesquisador. Nessa abordagem pesquisador assume os riscos de um sujeito ativo e implicado na pesquisa. A partir dessa organização a metodologia é composta pelo registro de informações (diário itinerante do pesquisador) obtidas por forma verbal, escrita e/ou filmada da ação dos sujeitos. (BARBIER, 2007 in MENDONÇA,2014). Foram utilizadas memórias de encontros e reuniões do Proeja – Transarte assim como a pesquisa bibliográfica e documental.

O trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo analisa alguns posicionamentos de ordem teórica e bibliográfica referente ao Proeja, aborda-se a concepção de formação humana integral tendo a premissa do trabalho enquanto princípio educativo, para isto, recorre –se a vários pensadores, entre eles Saviani (1994, 2007), Moura e Faria (2013) e Ramos (2010). Eles possibilitam a compreensão do trabalho no seu sentido ontológico e histórico, bem como a relação entre educação e trabalho afim de entender os projetos de educação pensados para os trabalhadores. Retoma –se a concepção de escola unitária que precede o conceito de formação humana integral, que supere a divisão do trabalho manual e intelectual integrando trabalho, cultura, ciência e tecnologia no processo educativo. Por fim, se discute ainda o desafio de implementar um o currículo que visa proporcionar e promover a emancipação humana.

O segundo capítulo aborda na primeira parte dos pressupostos legais e políticos do Proeja e a forma como ele surge no cenário nacional, na segunda parte é feita uma narrativa das primeiras tentativas de instituir o proeja no DF, são disseminadas as experiências do grupo PROEJA – Transarte, nessa tentativa de construção. A base bibliográfica dessa narrativa são as produções do grupo, o Livro Proeja - Transarte (CASTIONI; HILÁRIO orgs.2012), as produções de Castioni e Reis (2009), Rodrigues (2015), a dissertação de Lemes (2007) dentre outras fontes de pesquisa.

No terceiro capítulo se descreve a implantação do Proeja no Distrito Federal a partir da escrita do currículo em movimento que reestruturou a educação de jovens e

adultos no DF, seus principais avanços e desafios. A narrativa se dá à luz dos âmbitos específicos da ação curricular: as decisões políticas, administrativas e pedagógicas para a efetivação da oferta integrada. Foram destacados os principais avanços e desafios na proposta do currículo em movimento no âmbito do Proeja, seguidos de considerações finais.

CAPÍTULO 1

A FORMAÇÃO INTEGRADA NO PROEJA: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos- Proeja, tem uma proposta de formação humana integral, na qual o trabalho é princípio educativo, configurando-se como eixo central dessa formação pela especificidade do público ao qual ela se destina. No documento base do Proeja, esse princípio é desenvolvido de forma pouco clara e sucinta, dificultando a compreensão de seus alicerces:

Os princípios que consolidam os fundamentos dessa política são definidos a partir de teorias de educação em geral e de estudos específicos do campo da EJA, além de reflexões teórico-práticas desenvolvidas tanto na EJA quanto no Ensino Médio e nos cursos de formação profissional da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. (Moura, 2006 p.15)

A reflexão sobre os alicerces em que se consolidam essa política, torna-se necessária para a melhor compreensão de sua proposta; o que ela pretende e em que medida se diferencia das propostas anteriores.

Para definir uma política de governo (...) em uma sociedade complexa, absolutamente díspar sob diversos ângulos, há que se ter os pés no chão: jamais esconder as verdadeiras causas do problema que se deseja enfrentar e resolver(...); para resolver problemas complexos não pode haver soluções simplificadas, sob o risco de se cair no simplismo analítico e propor medidas inadequadas, populistas, demagógicas, clientelistas” (Brasil Kuenzer, 1997 apud BRASIL, 2007 p. 6).

Assim, o presente capítulo é uma explanação a respeito da concepção de formação integrada no âmbito do Proeja. E também esclarece a premissa do trabalho enquanto princípio educativo, em sua dimensão ontológica e histórica. Na terceira parte é feito um resgate histórico da relação educação e trabalho, e todas as contradições que ele visa superar a fim de justificar a formação integrada pretendida pelo Proeja seguida de considerações finais.

1.1 A Formação Integrada na Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores e a Educação Profissional

A formação integrada tem seu horizonte prescrito na Constituição Federal de 1988. O artigo 205 explicita que a educação deve visar o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004 ¹em seu Art. 4º, Par. 1º, Inc. I prevê a formação integrada como uma das formas de “articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio. Entretanto a possibilidade de oferta da Educação de Jovens e Adultos na forma integrada a Educação Profissional só se concretizou a partir da instituição do Proeja Decreto nº 5.478/2005 posteriormente substituído pelo Decreto nº 5.840/2006.

A palavra integrar segundo o dicionário Aurélio, significa tornar inteiro, em outras palavras, é combinar partes de modo que funcionem de forma completa, entretanto, combinar a Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional se constitui em uma árdua tarefa, pois há anos no Brasil essas modalidades disputam o mesmo público: Os trabalhadores.

No governo Vargas (1930 a 1945) foi implementado no Brasil um sistema de ensino dualista, um ensino médio profissionalizante, destinado a classe de trabalhadores e o ensino médio propedêutico que permitia o acesso ao ensino superior destinado às elites. A profissionalização compulsória no ensino médio juntamente com a impossibilidade de continuidade em um curso superior decretava a terminalidade de escolarização para quem “optasse” por uma formação técnica. (PINTO, 2002)

No governo Fernando Henrique (1995 a 2002) a dualidade é acentuada, o Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997 determinou a separação da educação profissional (EP) de nível técnico e do ensino médio. A EP seria ofertada de forma concomitante ou sequencial ao ensino médio. Há uma expansão da educação profissional visando interesses mercadológicos.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) destinada aos que não tiveram acesso à educação básica na idade própria, na história da educação brasileira

¹ Regulamenta o § 2º do art. 36 e os artigos. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

sempre foi executada por meio de iniciativas populares, campanhas e programas temporários de alfabetização e certificações rápidas de caráter compensatório².

Dessa forma, a Educação de Jovens e Adultos, ainda que visasse a elevação de escolarização dos trabalhadores, não se articulava com a educação profissional. "Em termos gerais, a concepção difusa parece ser aquela que contrapõe de modo excludente educação e trabalho [...] a tendência dominante é a de situar a educação no âmbito do não trabalho" (SAVIANI, 1994). Essa concepção no âmbito da EJA é grave, pois estamos falando de uma modalidade de educação onde sujeitos são majoritariamente trabalhadores, pessoas cujo retorno à escola ocorre principalmente pela necessidade de inserção ou permanência no mundo do trabalho. Em outras palavras, o eixo central de formação desse sujeito para o conhecimento deve ser o mundo do trabalho.

O Proeja surge como possibilidade de integração entre a EJA e EP, no entanto é importante ressaltar que a formação profissional defendida pelo Proeja não é uma simples tentativa de formação para suprir as demandas do mercado de trabalho ou reduzir a demanda para o ensino superior como na era Vargas. A concepção de formação defendida parte da aspiração de que em seu horizonte [do Ensino médio e a EJA, propiciem] aos alunos o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção, e não o mero adestramento em técnicas produtivas. (FRIGOTTO; CIAVATTA; e RAMOS, 2005, p.35).

O Proeja tem como princípio a formação humana integral e tem como premissa a centralidade do trabalho como princípio educativo. Reitero as palavras de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) ao dizer que o trabalho enquanto princípio educativo é um tema complexo e de difícil compreensão, acrescentando a essa complexidade também o conceito de formação humana integral, que segundo Ciavatta é algo que sugere tornar íntegro, o ser humano dividido pela divisão social do trabalho, visando superar a redução desse trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, separado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social. (CIAVATTA, 2008, p.82).

² A exemplo dessas campanhas destaco o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) um projeto do governo militar brasileiro, criado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967 que visava a alfabetização funcional de jovens e adultos.

1.2 Trabalho como princípio educativo

O conceito de trabalho como princípio educativo presente no Proeja, se apresenta como elemento central da formação integral na Educação de Jovens e Adultos. Mas “como pode ser educativo algo que é explorado e, na maior parte das vezes, se dá em condições de não escolha? Como extrair positividade de um trabalho repetitivo, vigiado e mal remunerado?” (FRIGOTTO et al. 2005, p.19)

O trabalho se dá como princípio educativo na medida em que supera a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre o pensar e o fazer. Pensar em uma formação que tem o trabalho enquanto princípio educativo como elemento central implica uma formação que permita ao educando pensar o trabalho como algo que não tem fim em si mesmo, em seu sentido amplo, implica em considerar os jovens e adultos trabalhadores como cidadãos, sujeitos de direito, pessoas que produzem pelo trabalho, a si e o mundo.

Para Ramos (2005, p. 108), o “trabalho como princípio educativo permite uma compreensão do significado econômico, social, histórico, político e cultural das ciências e das artes, o que implica considerar o trabalho em seus sentidos ontológico e histórico”.

Ontológico, como práxis humana e, então, como a forma pela qual o homem produz sua própria existência na relação com a natureza e com os outros homens e, assim, produz conhecimentos; **Histórico**, que no sistema capitalista se transforma em trabalho assalariado ou fator econômico, forma específica da produção da existência humana sob o capitalismo; portanto, como categoria econômica e práxis produtiva que, baseadas em conhecimentos existentes, produzem novos conhecimentos (Brasil, 2007 p. 46)

Considerar o trabalho em seu sentido ontológico, significa falar do trabalho enquanto essência estritamente humana, diferente dos animais, os homens têm a capacidade de adaptar a natureza as suas necessidades. Trabalho significa a aplicação das forças e faculdades humanas para alcançar um fim determinado³, em outras palavras, trabalho é a capacidade humana de transformação da natureza a fim de criar condições materiais para a sua sobrevivência, e nessa perspectiva ele transforma a natureza e a si próprio, tendo em vista que é parte constituinte e constitutiva dela.

³ Segundo o site www.dicionarioinformal.com.br

Para Saviani (1994), a análise do trabalho em seu sentido ontológico e histórico não se pode dar de forma dissociada, pelo trabalho ser a essência do homem; um ser histórico. O autor afirma que “para homem continuar existindo, precisa produzir sua existência através do trabalho. Isto faz com que a vida do homem seja determinada pelo modo como ele produz sua existência”. (SAVIANI, 1994, P. 148)

O trabalho tem o seu sentido ontológico reduzido no advento da sociedade capitalista, à medida que o trabalho é desapropriado de seu sentido. Para entender essa desapropriação, é preciso compreender o trabalho em seu sentido histórico, que por sua vez, é um exercício de apreensão das formas de trabalho do homem no decorrer da produção de sua existência e a sua relação com a educação.

1.3. As relações entre educação e trabalho na história sociedade

As relações entre educação e trabalho são partes intrínsecas da história humana. Uma análise histórica das relações entre escola e trabalho nos permite compreender os projetos de educação atuais voltados para a classe trabalhadora. Para essa análise me apoio nas produções de Saviani (1994, 2007), Moura e Faria (2013) e Ramos (2010).

Sabe-se que o trabalho é a forma humana de adaptação da natureza para suprir suas necessidades. Avançando na história, a divisão dos homens em classes surge com a fixação do homem primitivo a terra. A apropriação privada da terra (meio de produção) criou a classe dos proprietários de terra e a dos não proprietários. A classe dos proprietários de terra possuía o privilégio de viver sem trabalhar, explorando os que não possuíam terras, que agora deveriam trabalhar produzindo para si e para os senhores. (SAVIANI, 1994)

Dessa forma, surge uma classe ociosa, que vive da exploração e dominação de outros homens sem precisar trabalhar para viver. Ora, se o trabalho é o que define a essência humana, como pode o homem viver sem o trabalho? Como ele poderá existir e produzir a sua existência? A origem da escola se dá nesse contexto, a palavra escola em grego quer dizer “lugar do ócio”, a palavra ginásio tem a mesma origem, sendo o local dos jogos daqueles que vivem no ócio (SAVIANI, 1994). Se antes a educação possuía uma estreita relação com o trabalho, agora é necessária uma educação que se contraponha ao trabalho destinada a classe ociosa.

A partir do escravismo criam-se duas modalidades distintas e separadas de educação: uma destinada a classe proprietária (que desfrutavam do ócio) e uma destinada a classe não proprietária (escravos e serviçais). A educação da classe proprietária era centrada nas atividades intelectuais, na arte e nos exercícios de caráter lúdico (Ginástica). Já a educação destinada aos escravos era vinculada ao próprio trabalho (SAVIANI, 2007).

Na idade média a educação destinada a nobreza também era centrada nas atividades intelectuais, distinta da educação destinada os servos, que estava atrelada a instrução para determinado ofício.

Mesmo [nos casos] em que se atingiu alto grau de especialização, como no artesanato medieval, o sistema de aprendizado de longa duração ficava a cargo das próprias corporações de ofícios: o aprendiz adquiria o domínio do ofício exercendo-o juntamente com os oficiais, com a orientação do mestre, por isso mesmo chamado de “mestre de ofícios”. (Ibid. p.158)

No sistema de produção feudal se estabelecia uma relação de dependência. O senhor feudal cedia uma porção dessa terra aos servos, esses trocavam sua força de trabalho por condições de subsistência. Nesse sistema, a produção era destinada para atender às necessidades do feudo, e quando a produção era maior que a necessidade, ocorriam às trocas, ou seja, se estabeleciam relações de comércio. (RAMOS, 2010). “Esse processo desembocou na organização da produção especificamente voltada para a troca, dando origem à sociedade capitalista”. (SAVIANI, 2007, p.158)

Com o surgimento do capitalismo, o modo de produção feudal é superado, dando lugar ao trabalho assalariado, que nada mais é que a compra da força de trabalho do trabalhador pelo capitalista, detentor dos meios de produção em troca de dinheiro.

Para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro precisa encontrar, portanto, o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre em um duplo sentido: primeiro, porque ele dispõe, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria; segundo, porque ele não tem outras mercadorias para vender. (RAMOS 2010, p. 35).

Logo, no sistema de produção capitalista, o trabalho se desprende do seu sentido ontológico tornando-se uma atividade essencialmente de subsistência,

reduzindo-se à produção de riquezas, onde tanto o capitalista quanto o assalariado não se reconhecem enquanto seres humanos nesse processo de produção.

A Revolução Industrial, que ocorreu nos séculos XVIII e XIX, trouxe como principal mudança a simplificação do trabalho através da criação das máquinas. A maior parte do trabalho manual passa a ser executado através das máquinas, tornando a produção cada vez mais rápida. Essa rapidez gerava mais riqueza para o capitalista e ao mesmo tempo obrigava artesãos a trabalhar nas fábricas, uma vez que não podiam competir com a velocidade da produção.

Mas a maquinaria “que não é outra coisa senão trabalho intelectual materializado, deu visibilidade ao processo de conversão da ciência, potência espiritual, em potência material (SAVIANI, 2007, p.158).

Desse modo, os ingredientes intelectuais antes indissociáveis do trabalho manual humano, como ocorria no artesanato, dele destacam-se, indo incorporar-se às máquinas. Por esse processo, dá-se a mecanização das operações manuais, sejam elas executadas pelas próprias máquinas ou pelos homens, que passam a operar manualmente como sucedâneos das máquinas. Pode-se, pois, estabelecer uma relação entre o caráter abstrato do trabalho assim organizado, com o caráter abstrato próprio das atividades intelectuais: o trabalho tornou-se abstrato, isto é, simples e geral, porque organizado de acordo com os princípios científicos, também eles abstratos, elaborados pela inteligência humana. (Ibid., p159)

Assim, da mesma forma que a maquinaria tornou viável a materialização das funções intelectuais humanas no processo produtivo, a escola se constituiu como via para generalização das funções intelectuais na sociedade. Sob essa ótica pode-se dizer que a Revolução Industrial correspondeu a uma revolução educacional. Aquela colocou a máquina no centro do processo produtivo e educativo, transformando escola na forma principal e dominante de educação (SAVIANI, 2007).

Em busca de desenvolvimento econômico, os principais países passaram a reorganizar os seus sistemas nacionais de ensino objetivando universalizar uma escola básica generalista. Pois a introdução da maquinaria simplificou o processo produtivo eliminando a necessidade de qualificação específica, mas era necessário um conhecimento mínimo para a operação das máquinas, pela necessidade a escrita se torna uma exigência. (SAVIANI, 2007)

Segundo Saviani, nos discursos dos teóricos da economia política clássica havia uma evidente contradição:

A contradição que se insere na essência do capitalismo: o trabalhador não pode ter meio de produção, não pode deter o saber, mas, sem o saber, ele também não pode produzir, porque para transformar a matéria precisa dominar algum tipo de saber. (Saviani, 1994, p. 161)

Ou seja, se por um lado havia a defesa de que não deveria haver educação para o trabalhador, por outro, os teóricos defendiam que o domínio de algum saber era necessário ao processo produtivo.

Um desses teóricos, Adam Smith, defendia que o mínimo de instrução era importante para os trabalhadores; o acesso à educação básica tornava o trabalhador mais sociável e flexível, com pensamento mais ágil contribuindo para o sistema capitalista. Daí a famosa frase a ele atribuída: *"Instrução para os trabalhadores, porém, em doses homeopáticas"*. (SAVIANI, 1994).

Instrução em doses homeopáticas significa que se deve dar o mínimo de instrução ao trabalhador para a manutenção da ordem social. Se a base da sociedade capitalista é a propriedade privada dos meios de produção, isto significa que os meios de produção são exclusivos da classe dominante, ou seja, dos capitalistas. Ora, se o saber agora é a principal força produtiva, deve ser propriedade privada da burguesia não devendo ser apropriado por todos. É fundamental para a manutenção do sistema que o trabalhador só detenha a força de trabalho. Já afirmava Bacon: *"conhecer é poder"*.

A solução para contornar o paradigma em que se encontrava o modelo capitalista estava na ascensão dos modelos taylorista e fordistas, que vigoraram na esfera industrial ao longo do Século XX, vigorando no Brasil até a década de 1970. Nesses modelos um grande número de trabalhadores executava atividades rotineiras na produção em série destinada ao consumo de massa (MOURA; FARIA, 2013).

De acordo com Harvey (2002), a base do método de produção de Taylor e Ford era a separação entre gerência, concepção, controle e execução onde a produção homogeneizada e enormemente verticalizada obedecia à uniformidade e padronização, em que o trabalho rotinizado, disciplinado e repetitivo aliava-se ao parcelamento das tarefas, conduzindo o trabalho operário à desqualificação. (Havey apud Moura: Faria, 2013, p.6)

Assim, o conhecimento do processo produtivo é propriedade privada dos empresários. O trabalhador domina algum tipo de saber, mas esse saber não se

configura como força produtiva, porque não há conhecimento do conjunto do processo; este foi fragmentado, o trabalhador conhece apenas o fragmento que cabe a ele no processo de produção coletiva.

Em síntese, considerar o trabalho como princípio educativo, implica em conceber o homem como ser humano que age como produtor de sua realidade tornando –se capaz de transformá-la. O sentido ontológico do trabalho é o princípio que organiza a base unitária do ensino médio (BRASIL, 2007b). A dimensão histórica do trabalho está relacionada a preparação para o exercício profissional, o conhecimento sobre essa dimensão permite um posicionamento crítico e uma intervenção qualificada no mundo do trabalho.

Visando superar o modelo educacional vigente alienante, surge no início do século XX uma das principais formulações educacionais **que fundamentam o conceito de formação integral**. Antônio Gramsci, em sua obra Cadernos do Cárcere faz uma dura crítica ao modelo educacional italiano propondo o conceito de “Escola Unitária” e aprofunda o conceito de Politecnia. (SILVA, 2014, p.12)

Ao contrário do que muitos pensam, a politecnia não é sinônimo de “ensino de muitas técnicas” ou de polivalência, mas significa “uma educação que possibilita a compreensão dos princípios científico-tecnológicos e históricos da produção moderna, de modo a orientar os estudantes à realização de múltiplas escolhas” (RAMOS, 2008, p.03). Ou seja, politecnia é o domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho (FRIGOTTO, CIAVATTA E RAMOS, 2005). Além disso, o debate sobre politecnia está voltado à construção de práticas educativas visando à superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, cultura geral e cultura técnica. (SILVA, 2014, p.12)

Já a Escola Unitária, os trabalhadores tinham formação de **forma integral**, ou seja, estes eram instruídos para o domínio de técnicas e exercício profissional e possuíam acesso ao conhecimento geral produzido pela humanidade. (SILVA, 2014 P.13)

A Escola Unitária é parâmetro para a formação integrada assumida pelo Proeja, esta, deve considerar o ser humano em todas as suas dimensões; integrando trabalho, cultura, ciência e tecnologia. E sobretudo deve – se articular a uma formação profissional tendo o trabalho como princípio educativo.

1.4 O Proeja e a Proposta de Currículo Integrado

Como vimos, a formação integrada proposta pelo Proeja, não significa uma mera justaposição de modalidades, como se pode inferir julgando pela nomenclatura, sem se ater ao seu significado. “As relações entre educação básica e educação profissional vão muito além da forma, envolvendo princípios e conteúdos”. (RAMOS, 2010).

O que se pretende com o Proeja “é uma integração epistemológica, de conteúdos, de metodologias e de práticas educativas. Refere-se a uma integração teoria-prática, entre o saber e o saber-fazer. **Em relação ao currículo, pode ser traduzido em termos de integração entre uma formação humana mais geral, uma formação para o ensino médio e para a formação profissional.**” (BRASIL, 2007, p. 41).

No Proeja “a organização curricular não está dada a priori”, não é apresentado um modelo fechado e rígido de organização curricular, pelo contrário, se enfatiza que essa é uma construção contínua, processual e coletiva que envolve todos os sujeitos, que participam do Programa (BRASIL, 2007)

Define-se, então, o currículo como um desenho pedagógico e sua correspondente organização institucional à qual articula dinamicamente experiências, trabalho, valores, ensino, prática, teoria, comunidade, concepções e saberes observando as características históricas, econômicas e socioculturais do meio em que o processo se desenvolve”. Antes de ser uma proposta pré-definida, o currículo orienta-se pelo diálogo constante com a realidade”. (BRASIL, 2005, p. 24).

Entende-se que o currículo integrado não possui uma fórmula única de ser feito, a realidade é quem vai indicar as possibilidades. Nesse sentido orientação no documento base, é que se produzia um projeto político-pedagógico baseado em princípios, fundamentos, parâmetros e critérios que respeitem a diversidade desses sujeitos, de instituições existentes no país e das experiências em andamento. (BRASIL, 2007)

Segundo o documento, em síntese, os fundamentos político-pedagógicos que norteiam a organização curricular para o cumprimento dessa política são:

a) A integração curricular visando à qualificação social e profissional articulada à elevação da escolaridade, construída a partir de um processo democrático e participativo de discussão coletiva;

- b) A escola formadora de sujeitos articulada a um projeto coletivo de emancipação humana;
- c) A valorização dos diferentes saberes no processo educativo;
- d) A compreensão e consideração dos tempos e espaços de formação dos sujeitos da aprendizagem;
- e) A escola vinculada à realidade dos sujeitos;
- f) A autonomia e colaboração entre os sujeitos e o sistema nacional de ensino;
- g) O trabalho como princípio educativo (Adaptado do documento *Saberes da Terra*, 2005, p. 22-24) (BRASIL, 2007).

O Proeja é um projeto pensado para a classe trabalhadora, que sobrevive com a extrema desigualdade socioeconômica. Uma vez que os filhos dos trabalhadores precisam garantir sua sobrevivência, essa necessidade os leva a inserção precoce no mundo do trabalho, o que na maioria das vezes leva ao abandono da escola.

A mesma necessidade de trabalho faz com que esses jovens retornem à escola, acreditando que a negativa em postos de trabalho e lugares de emprego se associa exclusivamente à baixa escolaridade, desobrigando o sistema capitalista da responsabilidade que lhe cabe pelo desemprego estrutural (BRASIL, 2007).

O projeto de ensino médio integrado à educação profissional é um campo em disputa na sociedade brasileira (RAMOS, 2005), pois é um projeto de educação emancipatória, que visa superar o modelo de educação fragmentada das linhas de produção. Não há como desvincular a perspectiva humana integral da perspectiva política”. Assim, o Proeja nasce em contextos conflituosos de luta e pressões.⁴

⁴ Fala da professora Dra. Maria Margarida Machado em palestra durante o 1º Seminário de Integração da Educação Profissional com o Ensino Médio e a EJA, Distrito Federal, julho de 2014.

CAPÍTULO 2

O PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COM A EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS- PROEJA NO DISTRITO FEDERAL

*A toda hora rola uma história, que é
preciso estar atento*

*A todo instante rola um movimento que
muda o rumo dos ventos*

*Quem sabe remar não estranha
(Paulinho da Viola – Rumo dos ventos)*

As políticas públicas de caráter social são frutos de lutas e pressões da sociedade. Shiroma (2007, p.9), defende que a análise dessas políticas “se obriga a considerar as dinâmicas do movimento do capital, entender o significado do projeto social do estado como um todo e as contradições do momento histórico em questão”. Considerando a importância dessa análise não ambicionamos um alcance dessa dimensão, mas consideramos importante fazer uma sucinta contextualização do momento histórico e político em que surge o PROEJA.

2.1. Os pressupostos legais e políticos do PROEJA

A reforma da Educação Profissional – EP ocorrida no governo Fernando Henrique Cardoso representou um grande retrocesso. A publicação do Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997⁵ determinou que educação profissional de nível técnico teria organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este, atribuindo a ela um caráter meramente tecnológico, visando atender os interesses do setor produtivo.

Art. 4º A educação profissional de nível básico é modalidade de educação não-formal e duração variável, destinada a proporcionar ao cidadão trabalhador conhecimentos que lhe permitam reprofissionalizar-se, qualificar-se e atualizar-se para o exercício de funções demandadas pelo

⁵ Regulamentava o parágrafo 2.º do artigo 36 e os artigos 39 a 42 da Lei n.º 9.394/96.

mundo do trabalho, compatíveis com a complexidade tecnológica do trabalho, o seu grau de conhecimento técnico e o nível de escolaridade do aluno, **não estando sujeita à regulamentação curricular.**

Art. 5 ° A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este (Brasil, 1997)

Claramente o decreto nº 2.208/97 reafirmava uma dualidade entre a educação básica e a educação profissional, desarticulando o pensar e o fazer em detrimento da uma formação integral do sujeito, fazendo com que a EP tivesse uma formação limitada à qualificação para o mercado e a produtividade. Essa dualidade se configura como resquício das velhas e sempre atuais praticas educacionais no Brasil de destinar aos jovens de classes sociais baixas o ensino técnico e destinar o ensino propedêutico às elites. E assim retornamos ao paradigma separatório:

Escolas de tipo especial, as escolas profissionalizantes, como um sistema paralelo e independente da escola propriamente dita. Esse fenômeno pode melhor ser compreendido à luz da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual (SAVIANI 1994 p. 161).

O divórcio entre o ensino médio propedêutico e a educação profissional responde em uma só cartada a ambição do estado em manter parte do ensino médio estritamente profissionalizante e com caráter de terminalidade, ampliando assim a sua oferta e contendo a demanda para o ensino superior (SHIROMA, 2007). Além disso, atribui-se a formação para o trabalho ao setor privado:

Os convênios com empresas e as vendas com empresas crescem assustadoramente nesse nível de ensino. Cumpre destacar que o cofinanciamento transfere parcial ou totalmente a gestão de projetos às empresas que os financiam [...] definindo e administrando os projetos que lhes interessam, utilizando equipamentos, professores, técnicos e alunos das escolas públicas. (Shiroma et al.2007, p. 77)

As reformas educacionais que ocorreram no governo Lula (2003-2010) foram “impulsionadas pela mobilização dos setores da educação profissional, principalmente sindicatos e pesquisadores do campo do trabalho e educação”. Esse movimento trouxe expectativas e mudanças no que tange ao estabelecimento de uma política de estado para a educação profissional. (CASTRO: MACHADO, 2011)

O decreto nº 2.208 foi revogado possibilitando o retorno da oferta do ensino médio integrado à educação técnica, foi então promulgado o decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004, a partir do qual a educação profissional deve articular esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia.

O Decreto nº 5.154, traz em sua proposta a centralidade do trabalho como princípio educativo e a indissociabilidade entre teoria e prática. Considerar o trabalho como princípio educativo implica em uma formação profissional que não se dá de forma descontextualizada articulando pensar e fazer, ciência e tecnologia, visando a formação integral do sujeito. A organização da oferta na perspectiva de itinerários formativos⁶ também representou um grande avanço.

O Proeja, surge em um contexto de discussão nacional sobre a volta da oferta de cursos de ensino médio integrado a formação profissional.

O Ministério da educação por meio da portaria nº 2.080, em 13 de junho de 2005, fixa as diretrizes para a oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio na modalidade EJA. Porém os cursos só podiam ser ofertados pelas instituições federais de Educação Profissional. Entretanto, essas instituições gozavam de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. E segundo (MOURA; PINHEIRO 2009, p. 95), uma portaria não “poderia ir de encontro ao Decreto nº 5.224/2004 que, à época, dispunha sobre os Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets)”.

Assim, por meio do decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005, a coordenação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do MEC, institui de forma impositiva o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Entre as problemáticas dessa imposição Moura: Pinheiro, (2009) apontam que não havia na rede federal um corpo de professores formados para atuar no campo específico da EJA. Os autores ainda destacam:

Essa matéria deveria ter sido estudada, aprofundada, discutida e avaliada em espaços mais amplos, antes de vir à tona. [...]. É evidente, desse modo, que a definição do conteúdo do decreto inicial deveria ter contemplado a

⁶ Consideram-se itinerários formativos ou trajetórias de formação as unidades curriculares de cursos e programas da educação profissional, em uma determinada área, que possibilitem o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos. (Brasil, 2014)

participação das redes públicas estaduais e municipais de educação, constitucionalmente consagradas à universalização do ensino fundamental e à contínua ampliação da oferta do ensino médio. Ele deveria, também, ter sido discutido na comunidade acadêmico-científica, nas entidades representativas dos docentes e dos trabalhadores, visando à construção de uma política pública, em vez de mais um programa focal (MOURA; PINHEIRO, 2009 P.96)

A partir da promulgação do Decreto nº 5.840 de 13 de julho de 2006, o Proeja é ampliado para as redes estaduais e municipais de ensino, e também contraditoriamente, para as entidades privadas nacionais de serviço social aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema sindical (“Sistema S”). Conforme o decreto a oferta se dá da seguinte forma:

Cursos técnicos integrados ao Ensino Médio: oferecido a jovens e adultos com idade igual ou superior a 18 anos, que tenham o Ensino Fundamental completo e que não tenham concluído o Ensino Médio. **Cursos FIC integrados ao Ensino Médio:** oferecido a jovens e adultos com idade igual ou superior a 18 anos que tenham o Ensino Fundamental completo e que não tenham concluído o Ensino Médio. **Cursos FIC integrados aos anos iniciais do Ensino Fundamental:** oferecido a jovens e adultos com idade igual ou superior a 15 anos, que tenham o Ensino Fundamental. **Cursos FIC integrados aos anos finais do Ensino Fundamental:** oferecido a jovens e adultos com idade igual ou superior a 15 anos, que já concluíram os anos iniciais do Ensino Fundamental e que não tenham concluído os anos finais do Ensino Fundamental. (BRASIL, 2007)

O Proeja passa a ser denominado Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Além do decreto os cursos devem obedecer às diretrizes curriculares específicas a cada modalidade.

O Proeja tem o mérito de trazer de volta a integração no Ensino Médio com a formação profissional, só que agora em uma perspectiva diferente, visando atender os contemporâneos da educação (DISTRITO FEDERAL, 2014)

A ampliação para as redes estaduais e municípios é uma conquista, mas também se configura como um desafio em sua implementação, como veremos posteriormente no histórico do Proeja no DF.

O Proeja é uma política que tenta vir ao encontro das necessidades do educando a EJA. Educação de Jovens e Adultos sempre foi marcada por uma concepção de educação compensatória, programas educacionais frágeis e ações descontínuas. Pensar em uma proposta curricular para a educação de Jovens e

adultos para além da certificação de escolaridade e/ou qualificação para o trabalho, exige mais que um decreto.

O PROEJA é, pois, uma proposta constituída na confluência de ações complexas. Desafios políticos e pedagógicos estão postos e o sucesso dos arranjos possíveis só materializar-se-á e alcançará legitimidade a partir da franca participação social e envolvimento das diferentes esferas e níveis de governo. (BRASIL, 2007)

O olhar crítico para a implantação do Proeja, que sugere uma nova configuração curricular, exige que sejam considerados os âmbitos específicos da ação curricular. "Os caminhos que o currículo percorre até chegar ao educando passam necessariamente por estes três âmbitos, ou seja, político-administrativo, de gestão e de sala de aula. (FELICIO E POSSANI, 2013).

Machado (2014) denomina esses âmbitos de três decisões fundamentais para a implantação de um currículo integrado. Construir um currículo visando a formação humana integral é uma tarefa complexa. O mero avanço na base legal não garante a sua efetivação. "Se ele (currículo integrado) não se materializar no chão da escola, ela não vai acontecer em lugar nenhum".⁷

A opção política, pedagógica e administrativa pelo currículo integrado, portanto, exige condições de infraestrutura e profissionais preparados para atuar na modalidade integrada. (MACHADO, 2014 p.390).

Isso quer dizer que a execução com sucesso de uma política como o Proeja não pode se fazer de forma impositiva e só irá acontecer de fato a partir de uma decisão coletiva.

Analisaremos agora, os caminhos percorridos pelo Proeja no Distrito Federal.

2.2 O Projeto PROEJA-Transiarte no Distrito Federal

O projeto PROEJA-Transiarte⁸ é coordenado pela Universidade de Brasília desde 2007. O Projeto "é a ação pioneira na tentativa de instituir a política da educação profissional integrada à educação de jovens e adultos no Distrito Federal". Lemes (2012, p. 69). Uma breve análise histórica de sua constituição é necessária para entender as dificuldades da oferta integrada no DF.

⁷ Machado, Maria Margarida em palestra durante o 1º Seminário de Integração da Educação Profissional com o Ensino Médio e a EJA, Distrito Federal, julho de 2014.

⁸ O Conceito de Transiarte será elucidado posteriormente para melhor fluidez textual

No intuito de fomentar pesquisas sobre a integração entre Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos, o Ministério da Educação instituiu o *Programa de Apoio ao Ensino e a Pesquisa Científica e Tecnológica em Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos*, por meio do edital Nº 003/2006 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec).

Os Projetos selecionados pelo edital Nº 003/2006 - Capes/Setec deveriam envolver parcerias entre equipes de diferentes instituições de ensino superior, para estimular a troca de conhecimentos e informações entre as instituições participantes.

No Centro Oeste é selecionado o Projeto 19 “O PROEJA indicando a reconfiguração do campo da Educação de Educação de Jovens e Adultos com qualificação profissional – desafios e possibilidades do Proeja”. Formado por um consórcio de instituições: Universidade Federal de Goiás (instituição líder), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a Universidade de Brasília (UnB) e (instituições associadas). (TELES; REIS; org., 2012)

O Projeto do Centro Oeste tem como objetivo principal “investigar os processos de implementação da Educação Profissional (EP) integrada à Educação de Jovens e Adultos (EJA) no âmbito do PROEJA, em Goiás, e no âmbito da rede pública de ensino no Distrito Federal”.

As instituições envolvidas no consórcio possuem subprojetos com especificidades próprias. Assim, a Universidade de Brasília em parceria com a Secretaria de Educação do Distrito, passa a coordenar o Subprojeto 3, denominado PROEJA - Transarte na Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional Federal.

O PROEJA-Transarte passou por diversos entraves que refletiam a resistência do DF em manter a dualidade histórica da educação básica e educação profissional refletida no posicionamento político do governo vigente.

Logo ao iniciar a pesquisa no DF o projeto PROEJA - Transarte se depara com as duas modalidades implicadas no projeto, tratadas em secretarias distintas⁹,

⁹A Educação profissional só volta a SEDF em 10 de junho de 2010 a EP, a partir do Decreto nº 31.788, que dispunha sobre a transferência de Instituições Educacionais Profissionalizantes para a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. É importante ressaltar que Governador do DF

separadas a partir do decreto Nº 28.276, de 14 de setembro de 2007, que dispunha sobre transferência de entidades escolares para a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal. “Em síntese, a Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional, em nível macro da política do DF, estão divididas.” (LEMES: REIS *In*: TELES; REIS; orgs. 2012 p.24)

Além da promulgação desse decreto, outros fatores constatam que não havia vontade política da integração da EP com o ensino médio regular, e menos ainda com a EJA. As ações empreendidas envolvendo essas modalidades no governo de José Roberto Arruda se mostravam desarticuladas das ações do Governo Federal.

A exemplo desse posicionamento do governo, as orientações curriculares da SEDF para o ensino médio no governo Arruda nem mesmo mencionavam a educação de jovens e adultos. Os projetos da Gerência de educação profissional e de erradicação do analfabetismo deixam claro a concepção de educação profissional e EJA defendida no DF, nesse período:

O governo Arruda [...] criou estruturas concorrentes de programas que tinham como locus a educação como as gerências de erradicação do analfabetismo e educação profissional [...] O projeto abcDF, no âmbito da Gerência de Erradicação do Analfabetismo, cuja meta era a de alfabetizar 50 mil pessoas na faixa dos 15 aos 59 anos em quatro anos. Uma outra ação foi a concessão por parte da Gerência de Educação Profissional de uma bolsa capacitação-profissional para 1.365 alunos que cursavam o ensino médio nas escolas públicas do GDF. O processo consistia em uma “compra” de vagas junto às escolas do Sistema S. As duas gerências se vinculavam a SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e tinham iniciativas próprias independentemente daquelas que estavam sendo promovidas pela Secretaria da Educação. (CASTIONI, 2009, p.11.)

Os apontamentos feitos por Castioni mostram que o posicionamento do governo do Distrito Federal em relação a EJA, se assemelhava às sucessíveis campanhas e programas de alfabetização cuja a única expectativa para esse público era limitada a erradicação do analfabetismo.

As divergências de propostas para a EJA e EP não impediram a concretização de algumas ações do PROEJA-Transiarte, que representavam uma novidade em relação ao que vinha sendo construído no DF na Educação de Jovens e Adultos:

nessa época era Rogério Rosso, eleito interinamente devido ao afastamento do governador José Roberto Arruda após a Operação Caixa de Pandora da Polícia Federal.

O subprojeto PROEJA-Transiarte é uma proposta de construção coletiva que visa integrar arte e profissionalização mediante a inclusão digital. Nesse sentido, a perspectiva do projeto é promover o desenvolvimento dos conteúdos e temáticas de forma interdisciplinar, em que ocorra uma valorização da identidade cultural dos sujeitos envolvidos (CASTIONI: SÁ in TELES; REIS; 2012 p.34)

O grupo de Pesquisa PROEJA-Transiarte atua com três possibilidades de trabalho:

1ª Possibilidade: A Transiarte como uma nova linguagem incluída no espaço curricular das escolas. 2ª Possibilidade: A Transiarte como um módulo inserido em outros cursos de formação profissional já existentes, como o de técnico em Informática, por exemplo. 3ª Possibilidade: A Transiarte como uma nova ocupação profissional, ou um novo perfil formativo que faça parte do Catálogo Brasileiro de Ocupações (CBO/Ministério do Trabalho) (BRUZZU: ANGELIN *In*: TELES; REIS; 2012 p.83)

Com sua atuação limitada a primeira possibilidade, o grupo trabalhou com a oferta das oficinas Transiarte. As oficinas foram ofertadas em uma escola de ensino médio na cidade de Ceilândia - DF, que será chamado nesta reflexão de CEM.

Nas oficinas a Transiarte é apresentada como nova linguagem incluída no espaço curricular da escola. A proposta da linguagem Transiarte para a EJA inter-relaciona: a identidade cultural dos estudantes, o currículo, a arte digital e o trabalho colaborativo.

A Transiarte visa despertar a identidade cultural na produção artística virtual de jovens e adultos por meio da criação artística coletiva e individual. O projeto trata de temas de situação problema-desafio, a partir de uma nova linguagem midiática, desenvolvendo habilidades com *softwares* e *hardwares* na construção artística permitindo ao jovem/adulto superar uma atuação passiva, ou de mera recepção de informações ou imagens no ciberespaço. (TELES, 2008, p. 13)

A prática pedagógica na Transiarte, considera que o processo ensino aprendizagem na EJA não deve se resumir a certificação de escolaridade e qualificação para o trabalho. Assim, a Transiarte propõe a integração da experiência estética na produção de arte digital ao currículo escolar de maneira interdisciplinar. Valoriza –se ainda construção de um conhecimento que parta do contexto cultural do estudante e que o amplie de maneira que o estudante se torne agente de transformação da própria realidade na procura da solução dos problemas apresentados e discutidos no grupo. (CORTES; MENDONÇA, 2014)

Nos anos de 2009 e 2010 o grupo trabalhou na construção de um itinerário formativo que vinculasse EJA à educação profissional, segunda possibilidade do grupo Transarte, na Região administrativa de Ceilândia. Nessa proposta a Escola Técnica de Ceilândia – ETC (antigo *Centro de Educação Profissional – CEP’ Ceilândia*¹⁰) ofertaria cursos de qualificação profissional para os alunos da Educação de Jovens e Adultos do noturno do CEM.

Em 2009, o projeto avança no que se refere a profissionalização, com a oferta dos cursos básicos na Escola Técnica de Ceilândia destinados aos alunos do CEM. A proposta era a construção de um itinerário formativo. Os cursos ofertados foram Ciberarte I, Ciberarte II, Introdução a arte digital e fotografia digital. “O jovem e adulto aprende na prática o uso de softwares e sua manipulação para criação e produção artística digital”. (Plano de trabalho PROEJA – Transarte 2014)

Destaca-se que a equipe de pesquisadores da UnB tentou sem sucesso aproximar a direção das duas escolas para a elaboração de uma proposta de currículo integrado em conjunto com os educadores. Os educadores do CEM se mostravam resistentes a proposta, essa resistência se dava principalmente pelas profundas mudanças que a proposta integrada traria para a escola e o fazer pedagógico: Mudanças em planejamentos, coordenações coletivas, mudanças no fazer pedagógico em sala de aula entre outras mudanças (CASTIONI; SÁ In: TELES; REIS; 2012).

A oferta do Ciberate I foi um marco para um projeto, pois possibilitou o trabalho conjunto entre duas instituições de ensino que não se articulavam, apontando caminhos para a oferta na forma integrada.

Em 2012 o PROEJA-Transarte prossegue sem o financiamento da Capes, tendo a parceria da Secretaria de Educação do Distrito Federal. A partir do ano de 2013, o projeto passa a integrar a rede de pesquisa do Programa Observatório da Educação – Edital 049/2012/CAPES/INEP com a Universidade Federal de Goiás e a Universidade Federal do Espírito Santo, denominado: Desafios da Educação de Jovens Adultos integrada à Educação Profissional: identidades dos sujeitos, currículo integrado, mundo do trabalho e ambientes/mídias virtuais.

Atualmente, o PROEJA – Transarte trabalha com a oferta de oficinas Transarte em duas escolas do Distrito Federal localizadas na cidade de Ceilândia. E

¹⁰ O Centro de Educação Profissional de Ceilândia passou a denominar –se Escola Técnica da Ceilândia a partir do Decreto nº 30.695, de 13 de agosto de 2009.

novas negociações estão sendo feitas no sentido de viabilizar as outras possibilidades de trabalho da equipe.

A Transarte aponta caminhos para estratégias metodológicas no trabalho pedagógico com a educação de jovens e adultos, propondo processos que convidam o educando a participar de forma ativa, como protagonistas do seu próprio processo de aprendizagem. Os educandos participaram ativamente das oficinas Transarte demonstrando ampliação na capacidade de exercer sua cidadania, na medida que se tornavam mais conscientes de seus direitos. Essa mudança se refletiu no cotidiano, nas discussões e trabalhos, os alunos passaram a se organizar buscando alternativas para a melhoria da sua realidade (CORTES: MENDONÇA, 2014). Além da iniciativa do PROEJA-Transarte outras três ações ligadas ao Proeja surgem no DF até o ano de 2010. Essas ações também sofreram impasses para sua implementação, como explicitado na produção de Nascimento (2011), ele relata a experiência de implementação dos cursos do PROEJA–ETC,¹¹ Técnico em Administração e Técnico em Informática, ofertados na escola Técnica de Ceilândia na modalidade a distância.

Foi um plano de curso feito por professores da educação profissional que desconheciam a educação de jovens e adultos, revisado por professores da educação de jovens e adultos que não detinham conhecimento da educação profissional. (NASCIMENTO, 2011, p. 14,)

Desafios Políticos e Pedagógicos se estabeleceram na tentativa de construção do currículo integrado do curso PROEJA – ETC. A opção pela interdisciplinaridade foi desaconselhada pelos gestores da época, pois eles temiam que a mudança não seria aprovada pelo Conselho de Educação do Distrito Federal”. (NASCIMENTO, 2011)

A equipe da UnB teve um papel importante auxiliando na escrita do plano de curso, entretanto, pelo momento político a integração não se deu como desejada, o que ocorreu foi a agregação de disciplinas de formação geral respeitando base

¹¹ A oferta dos cursos PROEJA–ETC (Escola Técnica da Ceilândia) torna-se possível através do sistema Rede e-Tec Brasil, lançado em 2007. O MEC era o responsável pela assistência financeira na elaboração dos cursos. O curso foi autorizado pela Portaria nº 484, de 19 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal de 20 de novembro de 2009.

nacional comum aos cursos Técnico em Administração e Técnico em informática existentes (NASCIMENTO, 2011). Com a opção pela interdisciplinaridade desaconselhada e o desafio pedagógico posto, as possibilidades foram limitadas.

Nascimento foi coordenador pedagógico do PROEJA – Informática na ETC. O Trabalho citado foi realizado no curso de Especialização em PROEJA ofertado pelo IFB. Este curso se configura na terceira ação vinculada ao Proeja no Distrito Federal.

Em Síntese, têm – se até 2010 no DF quatro ações vinculadas ao PROEJA. A primeira, e a pioneira, é o projeto PROEJA – Transarte [...] Em seguida os cursos Proeja a distância, técnico em administração e técnico em informática, ofertados pelo CEP – Ceilândia. Em 2009 entra em cena o IFB, com a especialização Proeja. E por último, têm-se os cursos Proeja formação inicial e continuada para o sistema prisional, uma parceria da Secretaria do Estado de Educação do DF com o IFB. (LEMES, 2013, p.65,)

Através da Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a Escola Técnica Federal de Brasília, é transformada em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília ou Instituto Federal de Brasília (IFB) passando a incorporar à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Ressalta-se que o IFB era obrigado a destinar 10% de suas vagas para a oferta do PROEJA, Lemes (2012, p. 69), diz que “a implantação do PROEJA pode ser ampliada com o IFB, uma vez que o governo federal pode realizar o repasse de recursos diretamente para esta instituição independente da Política do DF”,

Registros e produções do grupo de pesquisa Proeja – Transarte, mostram que o caminho até as primeiras experiências de integração curricular entre a EJA e EP no DF foi traçado com muita dificuldade, destaca-se o Livro Proeja - Transarte (CASTIONI; HILÁRIO orgs.2012), as produções de Castioni e Reis (2009) e as dissertações de Lemes (2007) e Rodrigues (2015).

Essas produções narram as dificuldades encontradas pela equipe em realizar acordos interinstitucionais para implantação do Proeja, ora interrompidos por mudanças na legislação, ora por mudanças na gestão das instituições envolvidas. Relatam também um exaustivo trabalho de “convencimento” dos profissionais da educação sobre a importância do Proeja no âmbito da escola onde ocorriam as oficinas. Sobre estes entraves Castioni problematiza:

Este é o panorama com que se depara o PROEJA no DF, a cargo da UnB. Como trabalhar a dimensão da educação profissional com a educação de jovens e adultos em um ente federado que não tem tradição de educação profissional, como modalidade, combinada com as etapas da educação básica e ainda com incipiente oferta de educação profissional. (CASTIONI: REIS 2008, p. 7)

Em Síntese, a afirmação de Castioni se refere ao Distrito Federal possuir escolas técnicas, mas que apresentavam ações que não se articulavam com a educação básica. Até a expansão da Rede Federal de escolas técnicas em 2007, o DF não possuía escolas técnicas federais, quadro que se modifica apenas em 2009 com a chegada do IFB em 2009, que era obrigado a ofertar PROEJA.

Em relação às dificuldades político-administrativas enfrentadas para a implantação do Proeja, o panorama no DF passam a mudar com a eleição do Governador Agnelo Queiroz em 2011. Nesse período a SEDF passa a ter abertura para trabalhar perspectiva da integração, culminando na escrita do Currículo em Movimento e outros documentos que reformulam a educação de Jovens e Adultos no DF, viabilizando a primeiro curso PROEJA integrado na forma presencial, ofertado pela SEDF.

A partir daí a SEDF passa fomentar a oferta cursos integrados da Educação Profissional com as modalidades da EJA e do Ensino Médio, objetivando a formação integral do aluno trabalhador.

CAPÍTULO 3

O CURRÍCULO EM MOVIMENTO DA SEDF: UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PARA OS TRABALHADORES A PARTIR DO PROEJA

Como vimos, no DF existiram várias ações vinculadas ao Proeja, entretanto a oferta integrada (segunda possibilidade de atuação do grupo Transarte), contava com apenas uma experiência; os cursos a distância de Educação Profissional integrada à Educação de Jovens e Adultos, na Escola Técnica de Ceilândia, implantados em 2009, o qual já foi apresentado no capítulo anterior.

Essa realidade mostra que a integração da Educação Profissional com a última a educação de Jovens e adultos ficou parada na Secretaria de Educação por seis anos até a implantação do primeiro EJA Integrado presencial- Proeja do Distrito Federal. (DISTRITO FEDERAL, 2014).

No período de gestão do governador Agnelo, período de construção do currículo em movimento, o DF passa a ter o privilégio de ter a educação de jovens e adultos e a educação profissional dentro de uma mesma secretaria, a SEDF. Diferente do que ocorria nos anos anteriores, em que as modalidades estavam em permanente disputa do mesmo público. Ampliam-se então as possibilidades de diálogos entre elas. A abertura política impulsionou várias discussões a respeito dessas modalidades e a sua integração.

É muito importante destacar a decisão política quando se fala de currículo integrado, pois ela é que vai possibilitar os aspectos pedagógicos, estruturais e administrativos para que a oferta ocorra.

Logo o que se pretende nesse capítulo é fazer uma análise a respeito da implantação do Proeja Técnico na forma presencial no DF, essa implantação se dá a partir de uma série de reformas que culminam a escrita do currículo em movimento. Para isso foram utilizadas memórias de encontros e reuniões e análise documental. Destaca-se na análise as decisões políticas, administrativas e pedagógicas para a efetivação da oferta integrada.

3.1. Breve histórico

O Currículo em Movimento da Secretaria de Educação do Distrito Federal foi “apresentado” à comunidade escolar em fevereiro de 2014. O currículo representa uma grande conquista no âmbito da educação de Jovens e adultos integrada a educação profissional no Distrito Federal.

Como vimos, há anos se tinha no cenário nacional avanços no plano legal para a instituição do Proeja, porém as esferas político-administrativas dificultavam a materialização da integração proposta pelo programa no Distrito Federal.

Antes do currículo em movimento a SEDF se pautava em um currículo de versão experimental elaborado na gestão de Rogério Schumann Rosso do ano de 2010. O currículo em movimento explicita em suas primeiras páginas que os profissionais da rede eram conscientes que este currículo (experimental) seria objeto de estudo, avaliação e mudança.

Logo, a partir de 2011, este foi discutido e avaliado em suas fragilidades e potencialidades, e junto a outros documentos e estudos foram usados como ponto de partida para a construção do novo currículo. “Cabe salientar que esta sistematização (o currículo) não ignora, negligencia ou desqualifica a trajetória de outras iniciativas que construíram e constroem nossa história curricular no DF”. (DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 18).

3.2 A Restruturação da educação de jovens e adultos no DF

Não há como falar da implantação do Proeja no DF sem falar da reestruturação na modalidade de jovens e adultos ocorrida nesse mesmo período. Objetivando propor a reorganização estrutural, política e pedagógica para a oferta da modalidade na rede pública de ensino do DF, foram discutidas e elaboradas as propostas que subsidiaram a construção de um novo currículo (DISTRITO FEDERAL, 2014).

Dessas discussões além do caderno da EJA no currículo em movimento surgiram outros dois documentos: as Orientações Pedagógicas da Integração da Educação Profissional com o ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos, e as diretrizes operacionais da educação de jovens e adultos 2014/2017.

Juntos esses três documentos se constituem em um projeto pedagógico inédito para a EJA no DF, estão entrelaçados, e estão implicados em toda discussão sobre a educação de jovens e adultos no DF.

A construção desse Currículo traz como **desafio um novo jeito de pensar e fazer a educação de jovens e adultos** na rede pública de ensino do Distrito Federal, equilibrado em um tripé cujas bases são: currículo significativo, formação continuada dos profissionais e a organização de oferta. (DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 11).

Entre os novos desafios da Secretaria de educação está o Proeja, que é reconhecido oficialmente pela SEDF a partir desse novo currículo. De acordo com o texto das diretrizes operacionais da educação de jovens e adultos;

A Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional será ofertada segundo o Currículo em Movimento da Educação Básica: Educação Profissional e a Distância (DISTRITO FEDERAL, 2014e) e as Orientações Pedagógicas da Integração da Educação Profissional com o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos (DISTRITO FEDERAL, 2014d), **que orientam a integração dessas duas modalidades da educação básica de acordo com os preceitos estabelecidos no Decreto nº 5.840/2006**, que instituiu o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA e as Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio estabelecidas pela Resolução CNE/CEB nº 6/2012 (BRASIL, 2012b). (DISTRITO FEDERAL, 2014, p.44.grifo nosso)

Sabe-se que a integração com a educação profissional é demanda histórica da educação de jovens e adultos, uma vez que o público dessa modalidade tem o trabalho como prioridade em detrimento aos estudos para garantir o seu sustento. Para esse público, a escola é uma necessidade de melhoria das condições de vida e trabalho.

No currículo em movimento a justificativa para a integração foi apresentada de forma clara, no entanto, durante a discussão da integração foi imperativo esclarecer junto aos professores quem é o aluno da educação de jovens e adultos trabalhador, afim de justificar a proposta do Proeja para essa modalidade.

Entender o público a quem se destina parece algo intuitivo a priori. A ênfase dada a necessidade de reconhecer esse aluno como trabalhador parece repetitiva, mas é necessária sempre que se pensa em um projeto de educação emancipador para essa modalidade.

A coordenadora Educação de Jovens e Adultos (2013) declara que houve um intenso trabalho com os professores da rede em relação ao entendimento da condição de trabalhadores de seus estudantes:

Então no início das nossas conversas, os professores falavam assim: Não vocês não estão entendendo, o meu estudante não é trabalhador, ele faz bico é autônomo, mas não tem uma carteira assinada ou emprego fixo. (Prof.^a Leila Maria de Jesus).

A professora acrescenta:

Tem aquele que faz o doce, que faz o bolo ou dim-dim, daquele que precisa cuidar do lar... é desse sujeito que estamos falando. (Prof.^a Leila Maria de Jesus).

Foi então decidido registrar-se nos documentos a compreensão a respeito de quem é a classe trabalhadora a quem o Proeja visa atender:

É importante considerar que parte significativa desses sujeitos estão inseridos no mercado de trabalho, formal ou informal, ou encontram-se desempregados. No entanto, a empregabilidade e a busca pela inclusão sócio-profissional são traços marcantes desses sujeitos. Daí a relevância de um projeto educacional que assegure não somente o direito do jovem, adulto e idoso à educação básica, mas que contemple, na medida do possível, a dimensão da qualificação profissional. (DISTRITO FEDERAL, 2014, p.10)

Consideremos a relação educando x trabalho, a discussão mais significativa dentre as muitas discussões a respeito da EJA no DF nesse período que o DF vivencia, pois, rememorando as palavras de Ramos (2010) um projeto de EJA que exclui o trabalho como realidade concreta da vida dessas pessoas não as considera como sujeitos que produzem sua existência sob relações contraditórias e desiguais. Assumir o Proeja como proposta inclui assumir a considerar essas relações contraditórias.

É possível identificar no currículo da SEDF a concepção a formação integrada nos moldes dos princípios estabelecidos no documento base do Proeja, esclarecidos anteriormente nesse trabalho. Alguns fragmentos das orientações pedagógicas de integração revelam esses princípios:

A ideia de formação integrada sugere a superação do ser humano fragmentado historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a

redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social. Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. (DISTRITO FEDERAL, 2014)

E ainda:

Buscamos enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual / trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos. (DISTRITO FEDERAL, 2014)

O Currículo da SEDF traz de forma clara sua concepção da educação integrada. No entanto, a mera prescrição desses princípios no currículo não representa avanços reais, não significa que os docentes tomaram para si esses princípios. É preciso um amadurecimento desses princípios com os professores, discuti-los, então a partir daí as unidades escolares poderão escrever suas propostas de forma legítima. “O desafio de integrar a Educação Profissional a Educação de Jovens e Adultos se constitui em formular e implementar uma Proposta Político-Pedagógica (PPP) que atenda às reais necessidades de todos os envolvidos, de forma clara e específica (BRASIL, 2007 p. 36) ”.

3.3 Integração da Educação Profissional a Educação de Jovens e Adultos – Proeja no DF

A SEDF fez um grande esforço para “divulgação” da oferta integrada. Ocorreram reuniões com os gestores de Unidades Escolares que oferecem o Ensino Médio e o 3º Segmento da EJA, para conhecerem a proposta de implantação da Educação Profissional integrada com essas modalidades. Entre outras chamadas para a **adesão**.

Para a construção da oferta integrada de Educação Profissional, as Coordenações de Educação Profissional – CEPROF; de Ensino Médio – COEMED e de Educação de Jovens e Adultos – CEJAD, articuladas entre si, realizaram reuniões e seminários com as Coordenações Regionais de Ensino- CREs para esclarecimentos e a fim de que estas sugerissem escolas para a implantação da EJA integrada e do ensino médio integrado. (DISTRITO FEDERAL, 2014)

Às instituições que desejam aderir ao Proeja, as diretrizes operacionais orientam:

A unidade escolar, **que desejar ofertar cursos** de Educação de Jovens e Adultos integrados à Educação Profissional, deverá solicitar autorização à Coordenação Regional de Ensino. Em seguida, deverá elaborar o plano de curso, com base no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos² e, **preferencialmente**, com a participação da comunidade escolar. Uma vez concluído, o plano de curso deverá ser enviado para análise da Coordenação de Supervisão Institucional e Normas de Ensino (Cosine) e posteriormente encaminhado ao Conselho de Educação do Distrito Federal para análise e aprovação. (DISTRITO FEDERAL, 2014 p. 45).

Não se pode repetir o erro da implantação do Proeja a nível nacional, que como vimos entrou de forma impositiva nos institutos federais e posteriormente por meio de lei e apresentou diversos problemas em sua implementação, problemas que poderiam ser evitados a partir de um diálogo com a comunidade escolar. O Proeja precisa ser uma decisão do estado, secretarias e comunidade escolar.

Apesar das Diretrizes Operacionais trazerem em seu texto o fragmento “ e, **preferencialmente**, com a participação da comunidade escolar, referindo -se a construção do plano de curso, a CEPROF diz que às unidades escolares devem aderir a oferta a partir de uma decisão coletiva encaminhando para a SE a Ata de Adesão. Cada escola que optar pela oferta integrada, **construirá no seu coletivo** o Plano do Curso do Perfil Profissional definido, com o apoio da CEPROF, COEMED e CEJAD.

A escolha da oferta integrada na escola não é algo simples, e acarreta várias mudanças, mudanças curriculares, administrativas e estruturais, por isso deve envolver toda a comunidade.

O texto do currículo explicita que o programa terá a configuração adequada às necessidades da modalidade no DF, por meio de itinerários formativos que conforme definido pela Resolução CNE/CEB nº 06/2012.

Formam um conjunto de etapas (saídas intermediárias) que compõem a organização da oferta da Educação Profissional. Contemplam a sequência das possibilidades articuláveis da oferta de cursos de Educação Profissional, programados a partir de estudos quanto aos itinerários de profissionalização no mundo do trabalho, à estrutura sócio-ocupacional e aos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos de bens ou serviços, que orientam e configuram uma trajetória educacional consistente. (CNE/CEB nº 06/2012.)

As escolas que fizeram a adesão ao programa e optar por um currículo flexível e integrado, que será organizado em função da formação profissional, que configurará também como eixo integrador do currículo, como ilustra a figura abaixo:

Matriz curricular do Técnico em Administração

EIXO TRANSVERSAL DO CURSO	PROEJA - Técnico em Administração: O ser humano na realidade social, científica, econômica, política, cultural no mundo do trabalho e no contexto da ADMINISTRAÇÃO			
EIXOS INTEGRADORES para a proposição de temáticas, eixos conceituais e ou problemas que viabilizem a integração horizontal	BASES CONCEITUAIS E TECNOLÓGICAS			
	Áreas do conhecimento integradas nos diferentes eixos integradores			Áreas do conhecimento integradas ao eixo específico integrador
Inclusão social no mundo do trabalho	Língua Portuguesa (240h)	Matemática (240h)	Projetos Integrados de Intervenção em Administração (60h)	Introdução à EaD (45h) Língua Estrangeira Inglês/ Espanhol (60h) Educação Física (30h) História (90h) Geografia (90h) Filosofia (75h) Sociologia (75h) Artes (60h) Fundamentos da Administração (60h) Aspectos Legais da Administração (45h) Metodologia de Pesquisa Técnica e Científica (30h)
Geração de renda, economia solidária e inserção no mundo do trabalho				Informática Básica (45h) Comportamento e Ética Profissional (30h) Contabilidade Geral (60h) Fundamentos de Economia (30h) Organização Empresarial (45h) Planejamento Empresarial (30h) Administração Mercadológica (60h) Administração da Produção (45h)
As novas TICs no mundo do trabalho				Informática Aplicada à Administração (90h) Logística (45h) Gestão da Qualidade (30h) Gestão de Empresas de Varejo (60h)
Responsabilidade social, ambiental e iniciativa empreendedora				Biologia (120h) Física (105h) Química (105h) Empreendedorismo (45h) Gestão de Pessoas (60h) Gestão de Vendas (60h) Gestão de Cooperativas (60h)

Fonte: Relatório de Pesquisa desenvolvido pelo Subgrupo de Pesquisa PROEJA - UFSC, 2013

Fonte: Orientações Pedagógicas da Integração da Educação Profissional com o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos – SEDF, 2014

A matriz curricular dos cursos integrados da SEDF não são objeto de estudo deste trabalho, porém achou –se pertinente apresenta-la afim de ilustrar a proposta da SEDF, que não se configura como uma mera justaposição de dois currículos. A proposta apresenta características de base unitária, apresentando uma proposta curricular que abarca a formação geral e profissional e, além disso, considera o ser humano em suas múltiplas dimensões; trabalho, cultura, ciência e tecnologia.

O mais importante não é a roupagem colocada sobre essa modalidade de educação. Não se trata de apenas uma modificação de uma nomenclatura de EJA (Educação de Jovens e Adultos) para EJA-I (Educação de Jovens e Adultos Integrada), isso seria muito pouco para a proposta ousada construída pelos envolvidos no processo e seria um equívoco na proposta do Currículo em Movimento e nas Orientações Pedagógicas para a Integração. (MÉMORIA DE CONSTRUÇÃO DO 1º EJA INTEGRADO DO DISTRITO FEDERAL, 2014, P. 18)

Ao assumir a educação de jovens e adultos além da nomenclatura, a SEDF assume um compromisso com as especificidades dos seus alunos trabalhadores, suas dificuldades, culturas e possibilidades. As implicações deste currículo vão além da organização de ofertas.

A SEDF determina uma série de etapas para implementação da proposta de integrar a Educação Profissional, tanto no Ensino Médio como na Educação de Jovens e Adultos. São sete etapas, entre elas a elaboração de um plano de curso que expresse as diretrizes adotadas pela SEDF e também reflita o Projeto Político Pedagógico da instituição. A implantação dos cursos deve ter acompanhamento e apoio pelas coordenações vinculadas (CEPROF, CEJAD, COEMED).

As coordenações têm feito um intenso trabalho pedagógico em busca do crescimento saudável da oferta integrada no DF; a intensão é apoiar as comunidades escolares que optarem pela integração:

Não tem como fazer isso de cima para baixo, não tem como deixar de ir na escola discutir e explicar, muito bem antes deles fazerem a adesão [...]. É importante que a escola se sinta segura que aquela proposta vai ser boa para a sua comunidade, para sua região, e que também vocês professores estarão motivados para essa adesão. (SALES, 2014)¹²

Foi realizado um intenso trabalho com os professores e demais profissionais da educação desde o início da discussão da proposta curricular em 2011. Foram realizados Seminários, visitas nas unidades escolares e coordenações, reuniões pedagógicas, e outros eventos.

Sabe-se que as discussões do currículo e diretrizes não alcançaram os professores em sua totalidade, por isso as ações empreendidas pela secretaria através das coordenações, são de extrema importância, pois é a decisão pedagógica é que irá fazer com que a proposta integrada de fato se efetive. Para Saviani (1983, p.93) “a dimensão política se cumpre a medida em que ela se realiza

enquanto prática especificamente pedagógica. Isso significa que não se pode fazer política de integração curricular de cima para baixo. A respeito dessa problemática Machado faz uma crítica: “Se ele (currículo integrado) não se materializar no chão da escola, ela não vai acontecer em lugar nenhum”. E acrescenta: “Vai ser mais uma vez um discurso, a elaboração de um texto muito bem orquestrado, que não vai se efetivar”.¹³

Reafirmando essa necessidade de maior engajamento docente, Frigotto (2005) afirma que para que as mudanças ocorram é preciso o engajamento dos próprios educadores, eles devem construir por si só as suas práticas educativas contra-hegemônicas. Segundo o autor, sem isso, qualquer proposta perde sua viabilidade.

Segundo Veiga (2003) para que o projeto pedagógico seja possível, não é necessário tentar convencer os professores, a equipe escolar ou mobilizá-los, deve-se propiciar situações que lhes permitam aprender a pensar e a realizar o fazer pedagógico de forma coerente.

Para autor, o efetivo engajamento desses professores no sentido de uma reformulação curricular, estão postos desafios de formação desses educadores, suas condições de trabalho, ou seja, precisam ser revistos, condições de planejamento, carga horárias, número de alunos por sala, entre outras coisas. O maior desafio no currículo integrado é a decisão docente, mas “se há a decisão política e opção pedagógica...temos que desconstruir as amarras administrativas. (MACHADO, 2014) ”.

3.4. Primeiro EJA Integrado presencial da SEDF

O Centro Educacional Irmã Maria Regina Velanes Regis - CED Irmã Regina localizado na Rodeador - Brazlândia – DF, foi a primeira escola a concluir o processo de adesão da oferta integrada. O curso ofertado aos alunos do terceiro segmento da EJA é o Técnico em Controle Ambiental.

¹³ Machado, Maria Margarida em palestra durante o 1º Seminário de Integração da Educação Profissional com o Ensino Médio e a EJA, Distrito Federal, julho de 2014.

A construção do Plano de Curso contou com a participação da comunidade escolar, inclusive de alunos Coordenação de Educação Profissional CEPROF, Coordenação de Educação de Jovens e Adultos - CEJAD, Núcleo de Educação no Campo – NEC, a Regional de Brazlândia, também contou com a participação de movimentos populares e convidados da UnB. (DISTRITO FEDERAL, 2014)

O perfil profissional foi escolhido de forma democrática, com a participação da Comunidade levando em conta os arranjos produtivos locais, como previsto no documento base do Proeja. “os alunos manifestaram a necessidade de conhecer mais sobre as técnicas para trabalhar no campo [...] Outro professor achou que este seria um bom tema para um projeto integrador”. (Memória de construção do 1º EJA integrado do Distrito Federal, 2014, P. 18)

É de suma importância que os perfis profissionais atendam as especificidades locais, atendendo o interesse de sua população em detrimento às formações que visam interesses mercadológicos, e que vendem empregabilidade em forma de empreendedorismo como as vendidas pelo sistema S. “A escola pública é o lugar da multidão, e as soluções para a multidão não podem ser soluções individuais”.¹⁴

A aula inaugural da primeira turma do curso ocorreu no dia 04 de agosto de 2015. Segundo a Coordenação de Educação Profissional, existem três outros planos de curso integrados tramitando nesta Secretaria, com previsão para implantação em 2016.

Segundo a CEPROF, a perspectiva era a de que a política de integração da educação profissional ao Ensino Médio e a EJA alcançasse todas as regiões administrativas do DF e que se tivesse ao menos um curso com currículo integrado em cada uma delas, até o final desta gestão do Governador Agnelo.

Essa meta não está nem perto de se cumprir até 2015. O objetivo é atingir a meta prevista no Plano Nacional de Educação – PNE e no Plano Distrital de Educação – PDE, que é de triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, tendo ao menos 75% da expansão na Rede Pública.

Meta 9 Constituir um sistema público de educação para os (as) trabalhadores (as) na Rede Pública de Ensino, que ofereça, no mínimo,

¹⁴ Palestra: Proeja da compensação à formação humana integral. - II Colóquio Nacional - A Produção do Conhecimento em Educação Profissional, 2013.

75% (setenta e cinco por cento) das matrículas de Educação de Jovens, Adultos e Idosos, na forma integrada à Educação Profissional, nas etapas de Ensino Fundamental (1º e 2º segmentos) e médio (3º segmento) em relação à demanda social, sendo 25% a cada três anos no período de vigência deste Plano. (DISTRITO FEDERAL, 2015, p 93).

Ao assumir o compromisso com a expansão da oferta da EJA integrada, é necessário também garantir as condições pedagógicas, administrativas e estruturais para que a meta se cumpra com qualidade. A SEDF não abarcará toda essa demanda, mas para se cumprir a meta a demanda certamente será muito maior

De fato, se identifica é uma real tentativa de rompimento com a negação de direitos dos jovens e adultos trabalhadores, rompimento que pretende ir além da escrita de um documento. Reitero as palavras dos educadores da SEDF, ao dizer que o que se pretende fazer não é apenas dar uma nova roupagem a modalidade da EJA. O currículo em movimento que apresenta um texto muito crítico a respeito da necessidade da formação humana integral. De fato, não se trata apenas de um texto, trata-se de movimento, movimento de educadores que se uniram para trazer significado a escolarização de jovens e adultos, significado para o educando e para o educador.

Porém sabe –se que os desafios serão muitos; os professores precisam de formação, necessita-se de mais professores para a educação profissional, condições estruturais precisam ser garantidas, e acima de tudo, precisa-se de uma adesão pedagógica real dos professores, para que os projetos elaborados se mantenham, fazer currículo integrado deve ser um projeto da categoria de professores. Se não for assim, corre-se o risco de em uma nova gestão todo projeto estar perdido, e sem resistência. "Se não for na perspectiva de transformar em política pública é tempo perdido"¹⁵

¹⁵ Machado, Maria Margarida em palestra durante o 1º Seminário de Integração da Educação Profissional com o Ensino Médio e a EJA, Distrito Federal, julho de 2014.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos- Proeja é uma proposta de educação voltada para a classe trabalhadora, tem uma proposta de formação humana integral e na sua centralidade o trabalho como princípio educativo. Essa proposta visa superar a divisão social do trabalho, a divisão entre o pensar e o fazer, afim de tornar o ser humano integral.

A formação integrada implica na construção do conhecimento pelo sujeito, vai além da simples instrução, significa formar sujeitos integralmente, sujeitos participantes e críticos, pois "o conhecimento exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer uma ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção". (Freire, 2002, p.27)

A Presente pesquisa buscou compreender como ocorreu a implementação do Proeja na Secretaria de educação do Distrito Federal, buscou-se compreender essa política de integração nos âmbitos específicos da ação curricular; político, administrativo e pedagógico.

A construção do Proeja no Distrito Federal foi marcada por muitas contradições e embates políticos. A abertura política e a escrita de um novo currículo em 2011, fomentou inúmeros debates nos movimentos de EJA, que se articularam para uma reestruturação da educação de jovens e adultos no DF, culminando na escrita do Currículo em Movimento e as diretrizes operacionais da educação de jovens e adultos. Entre as discussões houve também uma compreensão a respeito das especificidades educacionais do aluno jovem e adulto trabalhador.

Nesse contexto, o debate a respeito da integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional – Proeja, ganharam força resultando nas Orientações Pedagógicas da Integração da Educação Profissional com o ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos. Seminários, reuniões, encontros, entre outras ações ocorreram no sentido de fortalecer essa integração. Enfim o Distrito Federal o DF reconhece a formação integral para educação de jovens e adultos.

Percebe-se uma considerável mobilização em função da oferta integrada, principalmente por parte das coordenações; CEJAD e CEPROF. Porém, identifica – se que somente os esforços de coordenações não garantem a oferta integrada.

Logo, como desafio inicial dessa reestruturação está a decisão pedagógica dos professores da rede em construí-lo, que é o que vai efetivamente fazer o currículo integrado possível.

Não se pode negar que o currículo em movimento é fruto de luta dos profissionais de educação e da sociedade, e que a abertura para oferta integrada e trouxe muitas expectativas. As chamadas à adesão do Proeja tiveram êxito, e foi implementado o curso técnico em Controle Ambiental em Brazlândia, o primeiro EJA presencial integrado do Distrito Federal. Embora já se possa identificar muitos avanços, a projeto da Secretaria de educação do DF ainda é prematuro, o Currículo em Movimento foi implementado em 2014, ainda é cedo para avaliar seu real impacto na rede. Espera-se que como a nomenclatura sugere, ele movimento, gestores, professores e educandos da EJA em direção de uma educação integral de qualidade para os trabalhadores. O percurso revelará os êxitos e desafios na dessa ousada proposta.

REFERÊNCIAS

- BARBIER, Rene. *A pesquisa ação*. Brasília: Líber Livro Editora, 2007.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.
- _____. Congresso Nacional *Decreto nº 2.208*, Institui.....17 de abril de 1997
- _____. Congresso Nacional. *Decreto nº 5.154*. 23 de julho 2004.idem
- _____. Congresso Nacional. *Decreto nº 5.478*. 24 de junho 2005.idem
- _____. Congresso Nacional. *Decreto nº 5.840*. 13 de julho 2006.idem
- _____. Congresso Nacional. *Lei Federal nº 9.394*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 20 de dezembro de 1996.
- _____. *Edital Proeja/Capes/Setec*, n.03/2006. Brasília: MEC/Setec, 2006.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Documento-base do Proeja de nível médio e técnico*. Brasília/DF, 2009.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Documento-base do Proeja de nível médio e técnico*. Brasília/DF, 2009.
- CASTIONI, Remi; REIS, Renato Hilário dos. EJA e educação profissional no Distrito Federal: integrando escolas e construindo a política pública. V Simpósio Internacional - O Estado e as Políticas Educacionais no Tempo Presente. Uberlândia: FACE-UFU. Dezembro 2009
- ClAVATTA, Maria; RUMMERT, Sonia Maria . As implicações políticas e pedagógicas do currículo na Educação de Jovens e Adultos integrada à Formação Profissional. *Educação & Sociedade* (Impresso), v. 31, p. 461-480, 2010.
- _____.Maria. *Arquivos da memória, do trabalho e da educação e a formação integrada*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4., Goiânia, 2006. A educação e seus sujeitos na história. Anais... Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2006. p. 27-37. Eixo temático 7.
- _____. Maria. Formação integrada: caminhos para a construção de uma escola para os que vivem do trabalho.. In: GREGÓRIO, Ana Nelly de Castro; GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. (Org.). O ensino médio integrado à educação profissional: concepções e construções a partir da implantação na rede pública estadual do Paraná. Curitiba: SEED, 2008, v. 1, p. 77-90.
- _____.Maria ; FRIGOTTO, Gaudêncio ; RAMOS, Marise Nogueira . O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores. In: Hélio

da Costa; Martinho da Conceição. (Org.). *Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional*. São Paulo: CUT, 2005, p. 19-62.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. *Currículo em Movimento da Educação Básica: Educação de Jovens e Adultos*. v. 6. Brasília: SEEDF, 2014a.

_____. Secretaria de Estado de Educação. *Diretrizes de Avaliação Educacional: aprendizagem, institucional e em larga escala 2014-2016*. Brasília: SEEDF, 2014b.

_____. Secretaria de Estado de Educação. Orientação Pedagógica. *Projeto Político-Pedagógico e Coordenação Pedagógica nas Escolas*. Brasília: SEEDF, 2014c.

_____. Secretaria de Estado de Educação. *Orientações Pedagógicas da Integração da Educação Profissional com o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos*. Brasília: SEEDF, 2014d.

_____. Secretaria de Estado de Educação. *Currículo em Movimento da Educação Básica: Educação Profissional e a Distância*. v. 5. Brasília: SEEDF, 2014e.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria & RAMOS, Marise. (2005). A Política de Educação Profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. *Educação e Sociedade*. Campinas-SP. Vol. 26, nº 92, p. 1087-1113, Especial – Out.

HILÁRIO, Renato; TELLES, Lúcio. PROEJA-Transarte: *Construindo novos sentidos para a educação de jovens e adultos trabalhadores*. Brasília: Editora Verbená, 2012.

KUENZER, Acácia (org). *Ensino Médio: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho*. 5 Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MACHADO, Maria Margarida. A Educação de Jovens e Adultos no Brasil pós-Lei nº 9.394/96: a possibilidade de constituir-se como política pública. *Em Aberto*, Brasília, v. 22, n. 82, p. 17-39, nov. 2009.

_____. Maria Margarida ; RODRIGUES, M. E. C. . A EJA na próxima década e a prática pedagógica docente. *Retratos da Escola* , v. 8, p. 383-395, 2014.

MACHADO, Maria Margarida; OLIVEIRA, João Ferreira de. *A formação integrada do trabalhador: desafios de um campo em construção*. São Paulo: Xamã. 2010.

MENDONÇA, Jéssica Nayara; CORTES, Simone Alves. A linguagem Transarte como facilitadora da emancipação dos sujeitos na eja. XII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Centro-Oeste. Universidade Católica de Goiás–PUC Goiás, outubro, 2015.

MOURA, Dante Henrique. Algumas implicações da reforma da EP e do PROEP sobre o projeto político pedagógico do CEFET-RN e a (re)integração dos cursos técnicos ao ensino médio. *REVISTA HOLOS*. Disponível em <http://www.cefetrn.br/dpeq/hol> , p. 57-80, 2005

_____. *Formação técnica integrada ao ensino médio*. Programa Salto para o futuro: Secretaria de Educação a Distância/MEC. Boletim 16. Set. 2006.

NASCIMENTO, João Kerginaldo Firmino do. (2011). *PROEJA no Distrito Federal: analisando caminhos de construção de uma política pública*. IFB: Brasília (Conclusão do Curso de Especialização em PROEJA), dez.

PAIVA, Jane. Histórico de EJA no Brasil: descontinuidades e políticas públicas Insuficientes. Programa Salto para o futuro: Secretaria de Educação a Distância/MEC. Boletim 16. Set. 2006

RAMOS, Marise Nogueira. *Trabalho, educação e correntes pedagógicas no Brasil: um estudo a partir da formação dos trabalhadores técnicos da saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz; UFRJ, 2010.

_____. Ensino Médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. In: MOLL, Jaqueline (col). *Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e Implicações Políticas e Pedagógicas da EJA integrada à Educação Profissional*. *Educação e Realidade*, v. 35, p. 65-85, 2010.

_____. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M; RAMOS (orgs) *Ensino Médio Integrado: Concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.

RODRIGUES, Dorisdei Valente. *O Projeto PROEJA/Transarte: uma experiência de pesquisa-ação em ciberarte*. 2009. 127 f., Dissertação (Mestrado em Educação). Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETI, C. ET alii. *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1994

_____. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo: Cortez, 1983.

_____. Trabalho e Educação: Fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes; EVANGELISTA, Olinda. *Política educacional*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SILVA, Adriano Larentes da. Currículo integrado / Adriano Larentes da Silva. Florianópolis : IFSC, 2014.

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas: Papirus, 1998. p.11-35.